

Fragmentos e estórias: uma leitura das memórias do Centro Social de Monte Grave-- Milhã/CE (1973 a 2000).

ANTÔNIA NATÁLIA DE LIMA¹

nataliamahis@yahoo.com.br

TELMA BESSA SALES (Orientadora)²

RESUMO

A atual pesquisa discute a ação da memória na vida social da comunidade do Distrito de Monte Grave (Milhã/CE), considerando o lugar que a Associação nomeada Centro Social de Monte Grave (CSMG) teve na constituição da comunidade. O CSMG é uma instituição filantrópica sem fins vantajosos que vem realizando um trabalho de longo alcance social nas áreas de saúde, educação, associativismo, agricultura, ação social e lazer. A partir da análise da documentação da Associação tais como, atas de reuniões, estatuto e documentos afins, esquadrimos entender o emaranhado de lembranças que envolvem este espaço, decodificando assim os prováveis enigmas ocultados pelo tempo. É nosso intento ainda, compreender o olhar da comunidade para as alterações no cenário físico e social do distrito. Dessa forma, além dos documentos escritos será também de grande valia a articulação com as memórias de membros da Diretoria e sócios da Associação. Por conseguinte, escolhemos por utilizar nessa pesquisa a metodologia da história oral, procurando captar através de entrevistas os vários olhares, entrevistando pessoas diferenciadas com vivências díspares, para que se possa dar visibilidade ao maior número possível de visões sobre o CSMG, provendo subsídios para pensar como gerações e indivíduos distintos percebiam/percebem aquela comunidade. É importante atinar que a construção do espaço, sua alteração de acanhado povoado em um pequeno centro de atividades comerciais e/ou sociais ocasionava sensações, percepções e a elaboração de representações para aqueles que vivenciaram o processo de mudança da localidade. Assim, nos questionamos como esses sujeitos se sentem em recordar sua localidade antes das conquistas, durante o ápice de suas atividades e como percebem sua localidade no presente. Faz-se necessário entender o processo de constituição da associação e a sua dinâmica social, sobretudo no que se refere à memória do povo desta região, assim como o seu envolvimento no correspondente as lutas políticas travadas, que culminaram na desarticulação das atividades e no fechamento destes estabelecimentos. Entendemos a memória como um campo de embate, onde lembrança e esquecimento coexistem, revelando experiências individuais e coletivas de sujeitos ativos de sua própria história, mas inseridos em um contexto familiar, social e nacional.

PALAVRAS-CHAVE: associação, memória e história oral.

ABSTRACT

The current study discusses the action of memory in social life of the community of the District of Monte Grave (Milhã / CE), considering the place that the Social Center Association named Monte Grave (CSMG) had the constitution of the community. The CSMG is a philanthropic nonprofit advantageous that has been conducting a long-range social areas of health, education, associations, agriculture, leisure and social action. From the analysis of the documentation of the Association such as meeting minutes, status and related documents, esquadrimos understand the tangle of memories involving this space, so the probable decoding puzzles hidden by time. It is our intention also to understand the look of the community to the changes in physical and social landscape of the district. Thus, in addition to the written documents will also be of great value to the joint memories Board members and members of the Association. Therefore, we chose to use this research the methodology of oral history, trying to capture through interviews various looks, interviewing different people with diverse experiences, so you can give visibility to the largest possible number of views on the CSMG,

¹ Aluna do Mestrado Acadêmico em História (MAHIS), da Universidade Estadual do Ceará e bolsista da [Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior](#) (CAPES).

² Professora Doutora do Mestrado Acadêmico em História (MAHIS), da Universidade Estadual do Ceará.

providing subsidies to think generations and how different individuals perceive / realize that community. It is important to fathom that the construction of space, change their cramped in a small town center of commercial activities and / or social occasioned sensations, perceptions and developing representations for those who have experienced the process of change of location. Thus, we wonder how these guys feel in remembering your locality before the conquests, during the height of their activities and how they perceive their location at present. It is necessary to understand the process of constitution of the association and its social dynamics, especially with respect to the memory of the people of this region, as well as their involvement in the relevant political struggles waged, culminating in the dismantling of the activities and the closure of these establishments. We understand memory as a field of struggle where remembering and forgetting coexist, revealing individual and collective experiences of active subjects of their own history, but entered in a family context, social and national.

KEYWORDS: association, memory and oral history.

1. Introdução.

Os estudos recorrentes da memória como campo de análise têm propiciado a diversos grupos o reconhecimento da sua condição de sujeitos históricos. Tal conjuntura voltada para a compreensão e para a leitura de um passado recente, se norteia em meio a um momento em que cada vez mais as pessoas buscam algo que lhes concedam uma identidade, uma referência de pertencimento a um grupo e etc. Partindo desse pressuposto, acessamos, por meio da memória, as lembranças de eventos sociais que marcaram a fundação do Centro Social de Monte Grave (CSMG), localizado no município de Milhã/CE³.

O Centro Social de Monte Grave é uma entidade filantrópica sem fins lucrativos, que vem realizando um trabalho de longo alcance social nas áreas de saúde, educação, associativismo, agricultura, ação social e lazer. É filiada à FEMICE – Federação das Entidades de Misericórdia do estado do Ceará, à CMB – Confederação das Misericórdias do Brasil e reconhecida pelo Conselho Nacional de Serviço Social, sob o processo

³ O município de Milhã conta com uma população de 13.086 hab. E com uma área de 502 km². Suas origens são recentes, como distrito desmembrado de Solonópole e situado à margem direita do rio denominado Capitão-Mor. A povoação, formada por pequenos agricultores, comerciantes e criadores de espécies diversas, data do início do século XX. Origem do Topônimo: Milhã é um nome de uma gramínea existente na região. Gentílico: milharenses. Formação Administrativa: Em divisões territoriais datadas de 31-12-1936 e 31-12-1937, o distrito de Milhã, figura no município Cachoeira, que depois passou a denominar-se Solonópole. Elevado à categoria de município com a denominação de Milhã, pela lei estadual nº 4448, de 03-01-1959, desmembrado de Solonópole. Pela lei estadual nº 8339, de 14-12-1965, é extinto o município de Milhã, sendo seu território anexado ao município de Solonópole, como simples distrito. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 01-07-1983. Elevado novamente à categoria de município com a denominação de Milhã, pela lei estadual nº 11.011, de 05-02-1985, alterado em seus limites pela lei estadual nº 11.011, de 05-02-1985. Constituído de 2 distritos: Milhã e Carnaubinha. Ambos desmembrados de Solonópole. Instalado em 01-01-1986. Pela lei estadual nº 11.315, de 15-05-1987, é criado o distrito de Monte Grave e anexado ao município de Milhã. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 1988, o município de Milhã, constituído de 3 distritos: Milhã, Carnaubinha e Monte Grave. Pela lei municipal nº 012, de 16-12-2002, foram criados 3 distritos: Baixa Verde, Barra e Ipueira. Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2003, o município de Milhã, constituído de 6 distritos: Milhã, Baixa verde, Barra, Carnaubinha, Ipueira e Monte Grave. Acesso em: 22/10/12 IBGE :: Cidades@ :: Milhã – CE www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=230835 15/17.

44006.000623/97-96 e Utilidade Pública Municipal Lei nº 006/90 de 01.06.90, Atestado de Registro no CNAS processo nº 219.134/81 e inscrita no CGC-MF sob nº 07.733.629/0001-90.

O cenário rural, alterado pela presença de elementos citadinos, torna-se palco de disputas políticas e de movimentação social. Por volta da década de noventa do século passado, o Distrito de Monte Grave da jovem cidade de Milhã/CE, através de seu líder comunitário Faustino Pinheiro, ganha conotação e reconhecimento municipal. Vale salientar que essa história começou ainda em 1971, período de tensão política no país. O Brasil atravessava um dos maiores conflitos políticos e sociais de sua história, a Ditadura Militar. Segundo Faustino Pinheiro a ideia de construir um novo espaço nasce, sobretudo, de concepções religiosas como igualdade, solidariedade e etc. baseada nessas compreensões cristãs fundou-se a o Centro Social de Monte Grave.

[...] quando nós iniciamos o que eu te falei, o movimento Católico (Juventude Agrária Católica) a previsão eu já tinha clareza que o caminho era ter uma associação comunitária, organizada na própria comunidade e então eu me preparei bem mais também com a ideia, inclusive em outras Paróquias da Diocese de Iguatu e na verdade só em 71, em 1971, eu retomei em definitivo para o Monte Grave. Naquele mesmo ano, em junho do mesmo ano, nós criamos a Associação, Centro Social de Monte Grave. Porque eu já tinha clareza e já tava trabalhando desde algum tempo a ideia das famílias também, que só tinha esse caminho, como a gente não tinha apoio do poder público, porque nunca teve. É, só tinha esse caminho, criar uma associação comunitária e que fosse participativa com todas as famílias, daí o caminho para a gente achar uma saída para uma vida melhor pro povo⁴.

Distando 16 km da sede, o distrito de Monte Grave era marcado pelo atraso econômico. A principal atividade desenvolvida era a agricultura, onde ganhava destaque à plantação de algodão. As casas eram feitas de barro, “a maioria das casas aqui da região, por exemplo, nem tinha porta [...] e sucessivamente não tinha alimentação suficiente em outras famílias mais pobres”. De forma singular essa pequena comunidade rural buscou a partir do associativismo sanar as dificuldades locais, já que não podia contar com o apoio da prefeitura, afinal essa nova organização se configurava como a principal ala opositora do PMDB, que por vários anos comandava a política local.

O Centro Social contava com o apoio dos agricultores dos sítios⁵ vizinhos, que se associaram procurando melhorias para o desenvolvimento de suas atividades agrícolas, bem

⁴ Faustino Pinheiro, presidente do Centro Social. Entrevista realizada por mim em 23/08/2012.

⁵ [...] 2. Lugar; localidade, povoação. Editora Melhoramentos Ltda. 1ª Edição, 2ª Impressão, agosto de 2005. ISBN: 85-06-04442-1. Cf. pág. 481

como apoio político, pois viam suas necessidades representadas nas pautas de discussões da Associação⁶.

Através de projetos sociais junto ao CSMG⁷, foram construídos alguns prédios que alteraram não somente o cenário visual do distrito, mas a vida social da região. O Hospital Comunitário, a rádio comunitária, a fábrica de processamento da castanha, a creche comunitária, centro recreativo, casa do idoso, lapidação, fábrica de costura, dentre outros. Todas as atividades, que davam movimento a essa estrutura de cal e pedra, tinha em suas direções, sócios da cooperativa e/ou seus filhos.

2. Trajetória inicial do CSMG.

O estudo sobre a constituição do Centro Social de Monte Grave adquire um interesse histórico uma vez que reconstruir sua formação é recuperar uma parte da história política do município de Milhã e em segundo lugar permite entender a atuação de um grupo, que embora ancorado por razões sociais, torna-se alvo de perseguição política. Essas desavenças políticas acabam colocando o povo como sendo escudo/alvo, conquanto fossem a razão da luta por melhorias. Baseada nessa contradição, nosso intuito nesse ensaio é colaborar para o entendimento das experiências de entidades comunitárias no Ceará, colocando em evidência a trajetória do CSMG, que nasceu como uma pequena associação comunitária, de caráter religioso e sócio cultural, voltada, sobretudo, para a região de Monte Grave, distrito de Milhã/CE.

Entender essas contradições no bojo das memórias fragmentadas, transitórias e flutuantes parece ser um caminho auspicioso, ainda que problemático. Vale dizer também que perceber o processo de constituição de um sistema solidário ancorado por ideais políticos e religiosos não é possível se não compreendermos aspectos da História nacional no contexto do surgimento do pensamento democrático, o avanço da modernidade frente às alterações de valores e comportamentos, e etc. Evidentemente o cenário onde foi esboçado o desejo real de alteração das condições físicas, morais, culturais e sociais do Distrito passa por longe dos grandes acontecimentos do país. Contudo, mesmo longe dos “grandes” acontecimentos que marcaram a história nacional, essa comunidade foi atingida se não por planos políticos, mas por ideias e desejos gestadas na efervescência e na luta pela derrubada do regime militar. E foi através do “líder” comunitário, Faustino Pinheiro, que essas ideias chegaram à comunidade

⁶Atualmente, o quadro social efetivo é composto de 189 (cento e oitenta e nove) sócios, porém incluindo-se os dependentes, o projeto atinge um contingente em torno de 1000 (mil) participantes.

⁷ Usaremos no decorrer do texto a abreviação CSMG, correspondente a Associação cujo nome é Centro Social de Monte Grave.

por sua real participação na Juventude Agrária Católica (JAC). Vejamos o que ele nos fala sobre isso:

Eu nasci e me criei aqui no Monte Grave e imagina que no passado era uma comunidade que não tinha nenhum apoio e nem, o que facilitava a vida do povo. E a partir daquele momento, naquela altura no começo da década de 60, né com o apoio do Padre Elmas, o primeiro vigário da Paróquia de Milhã, nós começamos um trabalho na Paróquia de Milhã um movimento chamado Juventude Agrária Católica. Aí foi o começo de onde a gente começou a trabalhar na comunidade e as comunidades vizinhas também no sentido de iniciar um trabalho coletivo a serviço do povo. Tudo começou nesse momento.

A ideia de superação da realidade nasce, sobretudo, numa época em que apesar das limitações de liberdade política o país almejava se modernizar, esse parecia ser também o desejo local.

É preciso se ater também ao momento em que o Governo Estadual através dos projetos São José, volta o seu olhar para as instituições filantrópicas, e assim o CSMG é beneficiado em seus projetos angariando fundos para o desenvolvimento de suas atividades. Vale destacar também, a necessidade de anotar o contexto da lei de municipalização dos recursos. Momento este em que as verbas federais e estaduais são determinadas por lei a virem pela gestão municipal, que ficava responsável de fazer o repasse para as associações. Dada às complicações políticas já delimitadas, os recursos encontraram barreiras fortes, e em muitos momentos não chegaram ao CSMG. Tal fato configurou o declínio dos projetos geridos anteriormente pelo repasse direto do governo. Vejamos o que Faustino Pinheiro salienta a esse respeito:

O Congresso Nacional, no começo da década de noventa, 93, 94 mais ou menos isso, 95, mais ou menos nessa altura votaram uma lei da municipalização dos setores: da saúde, da ação social de tudo. Então para tu teres uma ideia todo o recurso que a filantropia, que a Associação de Monte Grave recebia direto de Brasília, dos ministérios a partir daquele momento, a partir de 96, começo de 97, passou por força da lei ter que vir, foi ter que tirar o dinheiro, mas ter que vir pelo município, ter que o município entregar para a filantropia. Aí foi o grande golpe que o Congresso nacional deu em toda a filantropia no Brasil. Você vai ai consultar por aí as Casas de Misericórdias, enfim quem fazia esse trabalho, quase todo mundo fechou a porta porque quando chegou no município o prefeito irresponsavelmente não deu mais, não passou mais nenhum centavo para a associação. Bom foi o que aconteceu aqui, fechou o hospital, fechou creche, fechou a casa do idoso, enfim fechou tudo (tom de raiva).

Após a introdução da trajetória da associação no contexto histórico nacional e estadual, voltamos o nosso olhar para o local, entendemos que os indivíduos estão continuamente colocando para si questões relacionadas à zona onde vivem. “Pois quanto mais complexa a sociedade, quanto mais dinâmica e moderna, mais as pessoas buscam um referencial, um algo que lhes sustente a identidade, que lhes assegure um conforto, um refúgio” (PICOLI, 2010, pág.172). cremos ainda, que o estudo da atuação, organização e

consolidação dos projetos do CSMG, não pode ser feito se não levarmos em conta a relação com a comunidade (sócios e dependentes/familiares), e com outras instituições sociais, que serviram de base e de modelo para a sua constituição. Assim, campeamos nesta investigação, apropriando-nos do pensamento de Yara Aun Khoury (2001), abordar:

[...] a história como um processo construído pelos próprios homens de maneira compartilhada, complexa, ambígua e contraditória, o sujeito histórico não é pensado como uma abstração, ou como um conceito, mas como pessoas vivas, que se fazem histórica e culturalmente, num processo em que as dimensões individual e social são e estão intrinsecamente imbricadas [...] (pág. 80).

É importante partir da ideia de que os anos já são outros, mas as lutas de um passado recente se encontram fragmentadas nas portas fechadas dos prédios que foram construídos por meio de muita labuta, tanto no plano de idealização de projeto, como na própria construção de cal e pedra. Ver portas fechadas, máquinas enferrujadas, traz à tona uma série de acontecimentos que embora, já não possam se configurar como presente carrega em si a marca de um tempo que foi, mas ainda continua sendo, haja vista que ainda compõem o cenário visual da comunidade e por vezes a faz refletir sobre suas histórias a partir do próprio limite imposto pela fechadura (Lugares de Memória)⁸. Afinal, a comunidade foi uma coisa antes da Associação, e se tornou efemeramente distinta a partir das conquistas adquiridas por meio dos projetos gestados no Centro Social. Uma das mudanças que gerou mais impacto foi à construção do Hospital, o primeiro trabalho realizado pela Associação.

*[...] nós começamos do zero não tinha nada para facilitar a vida de ninguém e chegamos a ter, é aqui na região, por exemplo, né, falando só do hospital. O nosso hospital aqui em Monte Grave era coisa de primeiro mundo, por que fazia tudo aqui né e sem falar nas outras diversas atividades.*⁹

E sem dúvida após o apogeu desses projetos o olhar desta localidade para si mesma ganhou outra conotação, outros tons. É importante destacar, que o cenário foi alterado, mas isso não se deu fora de conflitos e tensões políticas e sociais. A comunidade como um todo teve que lidar contra as arbitrariedades de políticos locais, que viam seu poder ameaçado diante da eminência de uma Associação que tinha seus próprios ditames e se fazia notar a nível local, regional e estadual. Esse tempo, ou essa eminência parece estar engolido nas entranhas do passado. Só recordações, prédios erguidos e agora fechados e nada mais? O movimento intenso que dinamizou por anos a vida social da região já não pode ser notado no

⁸ Cf: NORA (1981).

⁹ Faustino Pinheiro, presidente do Centro Social. Entrevista realizada por mim em 23/08/2012.

cotidiano. O acesso a esses momentos vigorosos, só pode ser feito através da memória de homens e mulheres que atuaram nessa história, e ainda por meio de documentos como atas de reuniões, fotografias e outros que retratam o período.

Partimos da premissa que as ações humanas têm historicidade. Dessa forma, a importância da comunidade como referência para a reconstrução do passado advém do fato do grupo social ser objeto de recordações, tanto individuais como coletivas. O CSMG foi o palco onde muitos eventos sociais ocorreram, bem como o cenário de atuações particulares. Tais indivíduos são, portanto, arena onde as memórias podem ser ativadas ou reavivadas, pois a memória tem a capacidade de tornar o invisível, visível por meio da narrativa. Além disso, os prédios também podem ajudar no processo de rememoração uma vez que são o registro e a materialização de uma história, bem como escondem e expressam as marcas das experiências humanas¹⁰. Não são apenas os projetos materializados, mas também lutas, vivências sociais, discursos políticos, conflitos e embates em torno do crescimento, da representatividade da comunidade. Contar a história do CSMG é falar das subjetividades¹¹ de um povo.

Podemos dizer, que apesar da maioria dos prédios não mais funcionarem como antes, com exceção da rádio comunitária, eles representam um registro da história dessa região, é a materialização dessa história. Em algum momento houve com bastante intensidade a apropriação material destes espaços, cuja ocupação significava um intenso movimento de pessoas, de ideias, de projetos e etc. Todo esse movimento foi dando vida e forma a essa comunidade, a própria questão estética tem impregnado nas paredes o modo de ser das pessoas do lugar. O desenvolvimento com características urbanas do Distrito esteve vinculado a diversos setores, um mosaico de atividades desenvolvidas em torno da Associação. Eram construídos novos espaços de áreas comerciais e de sociabilidade, os costumes foram se alterando, a localidade foi deixando de ser meramente um marasmo, para ser um espaço de circulação. As relações de vizinhança multiplicavam-se à medida que se intensificavam as

¹⁰ Sobre o conceito de experiência recorremos a Thompson (1981) onde ele discute que “A experiência surge espontaneamente no ser social, mas não surge sem pensamentos. Surge porque homens e mulheres (e não apenas filósofos) são racionais, e refletem sobre o que acontece a eles e ao seu mundo. Se tivermos de empregar a (difícil) noção de que o ser social determina a consciência social, como iremos supor que isto se dá? Certamente não iremos supor que o “ser” está aqui, como uma materialidade grosseira da qual toda idealidade foi abstraída, e que a “consciência” (como idealidade abstrata) está ali. Pois não podemos conceber nenhuma forma de ser social independentemente de seus conceitos e expectativas organizadores, nem poderia o ser social reproduzir-se por um único dia sem pensamento. O que queremos dizer é que ocorrem mudanças no ser social que dão origem a *experiência* modificada, e essa experiência é *determinante* no sentido de que exerce pressões sobre a consciência social existente, propõe novas questões e proporciona grande parte do material sobre o qual se desenvolvem os exercícios intelectuais mais elaborados. A experiência, ao que se supõe, constitui uma parte de matéria prima oferecida aos processos do discurso científico da demonstração. E mesmo alguns intelectuais atuantes sofreram, eles próprios, experiências”. (pág. 16).

¹¹Cf. DARNTON (1996).

atividades desenvolvidas. Entendemos assim que as memórias do privado ultrapassam o círculo das quatro paredes, misturando-se com as lembranças dos laços comunitários. Ao associar-se a população buscava “um estreitamento dos vínculos comunitários e outros laços – bem como reagir às condições adversas e superar a iminência da miséria absoluta –, procuravam possibilidades de arranjar emprego, tarefas diárias (...)” (MATOS, 2002, pág. 48).

Os prédios são a representação mais contundente do espaço comunitário. São a efetivação de um sonho e ao mesmo tempo a marca mais notória da falência da mesma. Em todo caso, os prédios, ponto referencial de acesso à memória, pertencem à história de cada família do distrito, tornando assim parte integrante dessa mesma história de sucessos e insucessos. Neles jazem silêncios, lutas impressas nos tijolos, ideias que foram discutidas e tolhidas pelo tempo. Assim, o trabalho com a memória se torna fundamental na medida em que ela só ganha concretude quando é pensada ou verbalizada pelas pessoas, e o trabalho do historiador se apresenta como um campo de alternativa para se falar de experiências individuais e coletivas que modificaram uma realidade social.

3. A construção do passado por meio da memória e da história oral.

Entendemos que a memória tem sempre algo de novo para nos informar, por que ela é moldada pelo meio social e por isso mesmo se modifica sempre, mas vale lembrar que ainda sim o ato e a arte de lembrar jamais deixam de ser profundamente pessoais, pois as recordações podem até serem semelhantes, mas nunca iguais. Apropriando-nos das palavras de Alessandro Portelli (1998) queremos dizer que

(...) Quando falamos numa memória dividida, não se deve pensar apenas num conflito entre memória comunitária pura e espontânea e aquela “oficial” e “ideológica”, de forma que uma vez desmontada esta última, se possa implicitamente assumir a autenticidade não-mediada da primeira. Na verdade estamos lidando com uma multiplicidade de memórias fragmentadas e internamente divididas (...) (cf. pag. 106).

Concordamos com a ideia expressa por Maia Júnior (2008), de que a memória vive de fronteiras e a história busca atravessá-las. Nesse sentido, tudo que for expresso na fala se constitui em espaço onde o historiador pode enveredar para preencher as lacunas da história. A memória é uma construção do passado, mas pautado em emoções e vivências; ela é flexível e os eventos são lembrados à luz da experiência subsequente e das necessidades do presente. Partindo dessa premissa, entendemos que a História oral abre a possibilidade para o preenchimento de lacunas do registro histórico. Nas palavras de Calvo (2010):

não se trata de ‘dar voz aos sujeitos’, considerando-os como excluídos da história, mas de compreender por meio destas fontes a gama de uma cultura que se forja no

viver das relações conflituosas as – de mando, de poder, de subordinação e insubordinação – que historicamente constituem a sociedade capitalista (pág. 07).

Com isso entendemos que o trabalho do historiador coloca em evidência trajetórias individuais e coletivas, dentro de processos históricos camuflados pela história oficial. Podemos dizer assim, que a História Oral é uma veia de democratização da história em si mesma.

[...] a história oral tem o grande mérito de permitir que os fenômenos subjetivos se tornem inteligíveis – isto é, que se reconheça, neles, um estatuto tão concreto e capaz de incidir sobre a realidade quanto qualquer outro fato. Representações são tão reais quanto meios de transporte ou técnicas agrícolas, por exemplo. Quanto um entrevistado nos deixa entrever determinadas representações características de sua geração, de sua formação, de sua comunidade etc., elas devem ser tomadas como fatos, e não como “construções” desprovidas de relação com a realidade. (ALBERTI, 2004, pág. 09).

A história oral é ainda uma busca para preencher as lacunas do desconhecido. Afinal o trabalho do historiador é ir à busca de conhecimento, e é o entrevistado que possui conhecimento daquilo que buscamos conhecer¹². Portanto, a entrevista no nosso entender permite que recuperemos informações acerca da atuação individual e coletiva em torno da Associação. A partir da contribuição de Darton; Chartier (1996), no que se refere à História Cultural, entendemos que a representação tanto parte de percepções coletivas como individualizadas.

Além de permitir o acesso à memória, o relato nos possibilita reflexões sobre as relações de sociabilidade, bem como as particularidades dos entrevistados. Na nossa conversa com Faustino Pinheiro, notamos que foi a partir de aptidões pessoais voltados para os ideais religiosos manifestados ainda em sua adolescência, que foi emergindo uma indignação frente ao descaso político. Sua audácia e vontade de mudança são relatos devidamente selecionados para enfatizar que, desde muito cedo ele almejava assumir a função de líder frente à projeção da Associação. Ao falar de sua trajetória como presidente do CSMG, ele perpassa o muro da individualidade e se coloca como mentor da história da associação.

Nesse sentido, comungamos com a ideia de Maurice Halbwachs (2004), que entende a memória não como um fenômeno de interiorização individual, mas, também e, sobretudo, como uma construção social e um fenômeno coletivo. Ela é modelada pela família e pelos grupos sociais. Isso significa que o individual se forja no social e vice-versa, não se separa a memória em dois campos distintos, mas estes se encontram em simbiose. “As

¹² Cf. PORTELLI (1997).

lembranças que guardamos são partilhadas com outras pessoas, revelando aspectos intrínsecos dos grupos sociais nos quais nos envolvemos” (JUCÁ, 2003, pág. 85). E

Ainda, mais importante é valorizar a memória, que não está apenas nas lembranças das pessoas, mas tanto quanto no resultado e nas marcas que a história deixou ao longo do tempo em seus monumentos, ruas e avenidas ou nos seus espaços de convivência ou no que resta dos planos e políticas oficiais sempre justificadas como o necessário caminho do progresso e da modernidade (FENELON, 1999, pág. 21).

No entanto, “apesar da liberdade de expressão, que garante a manutenção da cidadania, a construção ou reconstrução do passado é seletiva ou até mesmo distorcida, pois a memória social é submetida às limitações impostas pela sociedade, revelando-se a trama das relações sociais” (JUCÁ, 2003, pág. 85).

Nessa perspectiva, apesar das limitações e dificuldades de lidar com a complexidade do processo memorial, entendemos que a oralidade permite-nos conhecer ou acessar inúmeras informações das experiências sociais do Centro Social de Monte Grave, pois a Associação se apresenta como um espaço de sociabilidade.

“Fazer história oral significa, portanto produzir conhecimentos históricos, científicos e não simplesmente fazer um relato ordenado da vida e da experiência dos outros” (François, 2006, pág. 17) ¹³. Os depoimentos orais constituídos em narrativas são subsidiados e alimentados pela memória que é um campo onde se pode compreender a vida humana e suas intrincadas redes de convivência. Comungamos da ideia expressa por Jucá (2003), quando este salienta que a história oral extrai fragmentos que excedem os documentos oficiais. “Longe de ser o relicário ou a lata de lixo do passado, a memória vive de crer nos possíveis, e de esperá-los, vigilante, à espreita.” (CERTEAU, 1994, pag. 163). Temos claro diante das perspectivas em torno da oralidade, que o discurso não pode ser entendido como uma cristalização das experiências, toda memória, se materializa na fala com limites e intenções. Todavia “levar a sério os relatos orais não significa considerar que eles falam por si mesmos de uma forma simples ou que seus significados são auto-evidentes. [...] a tradição oral pode ser vista como um sistema coerente e aberto para construir e transmitir conhecimento” (CRUIKSHANK, 2006, pág. 151) ¹⁴. O reconhecimento da autoridade narrativa é um modo de preservar a memória, não permitindo deixar ir embora aquilo que fundamentou o presente. “As histórias são muitas, tantas quantos foram os pontos de vista, e por isso não há aqui as melhores ou as mais significativas histórias”. (BESSA, 2012, pág. 49).

¹³ FRANÇOIS, Etienne. A fecundidade da história oral. IN: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. *Usos e Abusos da História Oral*, (coord.). – 8. Ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

¹⁴ CRUIKSHANK, Julie. Tradição oral e história oral: revendo algumas questões. IN: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. *Usos e Abusos da História Oral*, (coord.). – 8. Ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

As pegadas humanas deixam rastros que permitem ao historiador reconhecer quem foram os sujeitos que passaram e o que fizeram em determinado lugar, essas marcas, como nos lembra Chartier, são históricas, e elas revelam muitas práticas perdidas no tempo. Essa subjetividade pode ser conhecida a partir do diálogo do historiador com sujeitos históricos, por meio da oralidade,

[...] a história oral tem o grande mérito de permitir que os fenômenos subjetivos se tornem inteligíveis – isto é, que se reconheça, neles, um estatuto tão concreto e capaz de incidir sobre a realidade quanto qualquer outro fato. Representações são tão reais quanto meios de transporte ou técnicas agrícolas, por exemplo. Quanto um entrevistado nos deixa entrever determinadas representações características de sua geração, de sua formação, de sua comunidade etc., elas devem ser tomadas como fatos, e não como “construções” desprovidas de relação com a realidade (ALBERTI, 2004, pág. 09 e 10).

Se as ações humanas deixam vestígios de um tempo ido, esses podem servir de base para a compreensão da cultura de um povo. Dessa forma, sem pretender definir cultura ressaltamos a possibilidade, a partir da Leitura de Thompson (1998), de entendê-la, por meio da experiência vivenciada na Associação, como sendo um espaço de embate de ideias entre os sócios e ao mesmo tempo do entendimento do direito que possuem. Quando falamos de embate pensamos na diversidade de vozes que compõem um grupo, certamente a associação não possuía um pensamento homogêneo, assim é preciso ouvir e ver a diversidade de experiências que condensam a cultura de um lugar.

4. O escrito e o falado como campo de análise.

Para esse ensaio contamos com fontes como a documentação do Centro Social de Monte Grave, atas de reuniões¹⁵, Estatuto da Instituição¹⁶, fotografias (acervo do CSMG)¹⁷, cartas trocadas com as instituições que financiavam alguns dos projetos (exemplo a MANUS UNIDOS da Espanha), livros de registros históricos e outros¹⁸.

¹⁵ Dentre as atas destaca-se a de fundação, nela apontamos o fato de que “Por falta de sede própria o evento primeiro aconteceu, como foi dito, na residência do Sr. Francisco Faustino Pinheiro, o qual presidiu a reunião. A reunião que teve seu início as 8:00h da manhã da data acima, durou três horas e vinte minutos, entre os assuntos discutidos, pautou-se a elaboração do Estatuto que irá reger a nova associação. Em primeiro lugar, voltou-se o nome da nova instituição, a qual levou o nome de CENTRO SOCIAL DE MONTE GRAVE”.

¹⁶ O Estatuto do Centro Social de Monte Grave apresenta o perfil da associação tendo como enfoque no Capítulo I – Da constituição, fins, duração, sede, foro e jurisdição; Capítulo II – Do patrimônio e rendas; Capítulo III – Dos associados; Capítulo IV – Dos órgãos da administração; Capítulo V – Do processo eleitoral; Capítulo VI – Das disposições gerais, sendo que cada capítulo está articulado por Artigos se somando um número de 32 no total. O presente estatuto fora renovado em 21 de maio de 2006, sendo aprovado pela assembleia geram na referida data.

¹⁷ As fotografias que previamente tivemos acesso correspondem a registros de inaugurações e/ou desenvolvimento das atividades, como o funcionamento da Rádio comunitária e etc.

¹⁸ Todo o material foi cedido por Faustino Pinheiro, Presidente da Associação e líder comunitário. Além do material já destacado contamos ainda com alguns recortes de matérias publicadas no *Diário o Nordeste* e no jornal *O POVO*. Bem como folhetos e livretos produzidos pela diretoria apresentando o perfil do Centro Social

Além dos documentos escritos usamos duas entrevistas, uma com o ex-presidente Faustino Pinheiro (*in memorien*) e com a vice-presidente Rivânia Pinheiro¹⁹, que atualmente ocupa a função de presidenta do CSMG. Buscamos com a leitura das mesmas toda articulação com as memórias desses sujeitos, na tentativa de fazer um levantamento da importância da mesma no cotidiano social da região.

A partir da leitura de textos do livro *História da cultura escrita: séculos XIX e XX*, organizado por Ana Maria Galvão (2007), ampliamos a nossa percepção quanto às fontes orais e as escritas, por isso destacamos que cruzamos tais fontes na busca de uma maior aproximação com o real. Mesmo conhecendo os limites de um trabalho historiográfico, onde a apreensão total do passado é uma premissa utópica, cremos que faz parte do *métier* do historiador ter um compromisso com a verdade. É dentro desse ponto de vista, que analisamos as fontes orais e as escritas, vendo que elas coexistem incessantemente.

Com estes recursos teóricos metodológicos procuramos situar os discursos, as representações e as falas dos atores sociais envolvidos na criação de espaços e na participação dos mesmos na execução dos projetos. Sabemos dos limites e das dificuldades com o trabalho com as fontes orais, afinal “a memória é seletiva. Nem tudo fica gravado. Geralmente a forma narrativa que o entrevistado assume durante o seu relato é diferente da forma como ele fala desses assuntos no seu cotidiano. Como destaca Alessandro Portelli (2001), em seu texto *História Oral como Gênero*, “a história de vida como uma completa e coerente narrativa oral não existe na natureza; ela é um produto sintético da ciência social” (pág. 11), é, portanto, o trabalho do historiador oral, que levantando questões antes não pensadas, que possibilita a materialização da memória por meio da fala. Memórias essas e/ou episódios esses que são contados em pedaços. Nem tudo fica registrado” (POLLAK, 1992, pág. 203). Mas partilhamos da ideia de que até mesmo os lapsos, as *pseudos* verdades, antes de serem limites se constituem em um espaço para a interpretação e análise do historiador, é ele que se apropria de uma narrativa particular e a transforma em um discurso historiográfico.

de Monte Grave e um breve relato de sua história. Dentre eles destaca-se uma produção feita por Faustino Pinheiro produzida em junho de 1998, intitulada: *Centro Social de Monte Grave, 27 Anos e uma História para contar*.

¹⁹ Entrevista realizada por mim em 08/03/2013. Rivânia é filha de sócios fundadores do Centro Social de Monte Grave. Vejamos o que ela salienta a esse respeito, “eu nasci já de pais, minha mãe como sócia fundadora do Centro Social de Monte Grave né. E por acreditar assim nessa organização eu fui crescendo e já voluntariamente me engajando naquele movimento, nas reuniões. Aquilo foi me chamando à atenção foi me fascinando, fui acreditando né e fui entrando, participando gostando e acreditando na organização”.

Percebemos que os indivíduos estão continuamente colocando para si questões relacionadas ao local onde vivem. Entendemos ainda a memória não como representação do indivíduo apenas, mas sim de um sujeito inserido em um contexto familiar, social, nacional. “Mas não se deve esquecer que a elaboração da memória e o ato de lembrar são sempre individuais: pessoas, e não grupos se lembram” (PORTELLI, 2006, pág. 127).

Assim para o entrevistado, a disposição em falar, em aceitar dialogar pode significar mais do que um ato de comunicar ou de informar o que já está ‘dado’ como matéria, ou como vida material, como um ‘fato’. Para os entrevistados, aceitar conversar sobre um tema referente à vida social, fazendo, portanto, dos seus referentes culturais, isto é ‘da sua vida, memória e história’, o elemento articulador do enredo, significa querer dialogar socialmente sobre os elementos que constituem em suas culturas – os modos como vivem/pensam e articulam em suas consciências – os significados compostos por suas memórias e como evidenciam por meio deles os sentimentos, regras, normas morais e afetivas, no presente-passado, nos viveres que constituem os territórios destas experiências sociais (CALVO, 2010, pág. 17).

“A história oral e as memórias não nos oferecem um esquema de experiências comuns, mas sim um campo de possibilidades compartilhadas, reais ou imaginárias” (BESSA, 2012, pág. 33). Vemos assim, que a memória pode ser compreendida como o resultado do entrelaçamento das experiências cotidianas e a importância do lugar nas práticas habituais dos entrevistados. Portanto, as entrevistas são um aporte que identifica por meio da fala o universo narrado, construindo assim uma rede intrincada de memória da Associação, aonde os entrevistados vão também expondo suas próprias memórias. O nosso foco gira em torno das práticas sociais, isto é, dos conjuntos de ações e reflexões dos sujeitos sociais através de suas narrativas. A fala nesse âmbito, nada mais é, do que um fio da memória que ao longo da entrevista transforma-se numa grande rede construída com o tempo, onde vários fios são dados nós, e só nos chega à seleção de acontecimentos que consciente e inconscientemente o entrevistado permite-nos conhecer. Esse conhecimento torna-se discurso historiográfico, mas a partir do olhar de dentro, de quem vivenciou, pois a entrevista nada mais é do que uma troca de experiência, entre o entrevistado e o entrevistador, onde se apreende um universo revelado pelo outro.

O uso de relatos orais dos moradores da comunidade surge na tentativa de perceber a rede de significados construídos em torno das lutas, vivências, sentimentos construídos ao longo dos anos, sejam na época de sucesso, ou na época de declínio dos projetos do Centro Social de Monte Grave. A pesquisa oral nos permite recuperação de sujeitos dentro da história do CSMG que ajudaram a colocar os projetos em evidência e os fizeram acontecer.

Vale dizer, que alguns atributos são essenciais para a nossa pesquisa como o respeito pela fala e pela as experiências dos indivíduos. “São duas pessoas em uma entrevista, e há coisas que você quer saber e há coisas que o outro quer dizer, enfim, há dois agentes, duas ordens do dia” (PORTELLI, 1997, pág. 218). Entendemos que a nossa experiência se enriquece a cada nova conversa que temos. A ideia de que não há uma fala mais importante que outra, faz do trabalho com a história oral uma veia democrática da história. Mais do que uma metodologia a H.O é uma tomada de posição, um jeito peculiar de pensar e de fazer história. Como salienta Alessandro Portelli (1997:1), ter responsabilidade com as palavras dos entrevistados não quer dizer que somos “obrigados” a concordar com tudo que eles falam. É dentro dessa matriz de pensamento que buscamos revelar, através da fala de outrem, de registros históricos, de um passado preso na fotografia amarelada, traços de uma comunidade que se fez notar a partir de uma experiência social, inovadora e conflitante.

BIBLIOGRAFIA

- ALBERTI, Verena. *Ouvir contar: textos em história oral*. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- BESSA, Telma; ARAÚJO, Alana. *Sobral: outros olhares, outras memórias, outras histórias*. – Sobral, CE: Instituto ECOA, 2012.
- BLOCH, Marc Léopold Benjamin, *Apologia da História, ou o Ofício do Historiador*; tradução: André Telles, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2002.
- CALVO, Célia Rocha. Narrativas orais, fontes para investigação histórica: culturas, memórias e territórios da cidade. In: *História e perspectivas*. N. 42 – jan/jun. 2010.
- DARNTON, Robert. “A Leitura Rousseauiana de um leitor ‘comum’” IN: BOURDIEU, Pierre. BRESSON, François; CHARTIER, Roger (orgs.). *Práticas da Leitura*. Tradução Cristiane Nascimento: revisão da tradução Angel Bojadsen I. – São Paulo: Estação Liberdade, 1996.
- FARGE, Arllet. *Lugares para a História*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.
- FENELON, Dea Ribeiro. “Introdução”. In: *Cidades: Pesquisa em História. Programa de Estudos Pós-Graduados em História da PUC/SP, coletânea*. São Paulo: Educ, 1999.
- FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. *Usos e Abusos da História Oral*, (coord.). – 8. Ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- _____. História, tempo presente e história oral. *Topoi*. Rio de Janeiro, dezembro 2002, pp. 314-332.

GALVÃO, Ana Ma. de Oliveira. “Oralidade, Memória e Narrativa: Elementos para a Construção de uma História da Cultura Escrita” e GALVÃO e SILVA, Sandra Batista de Araújo. “Práticas Religiosas e Processos de Inserção na Cultura Escrita (Pernambuco, 1950 - 1970)” IN: GALVÃO et alli. *História da Cultura Escrita. Séculos XIX e XX*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2007.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, Emblemas, Sinais: Morfologia e História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Centauro, 2004.

JUCÁ, Gisafran Nazareno Mota. *A oralidade dos velhos na polifonia urbana*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2003.

KHOURY, Yara Aun. Narrativas orais na investigação da história social. In: *Projeto História: revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC – SP)*. São Paulo: EDUC. História e Oralidade, n.22, jun. 2001.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996.

_____. Uma Entrevista. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro. Vol. 4. n. 8. 1991. p. 262-270.

MAIA JÚNIOR, Edmilson Alves. *Memórias de luta: ritos políticos do movimento estudantil universitário (Fortaleza, 1962-1969)*. Fortaleza: Edições UFC, 2008.

MATOS, Maria Izilda Santos de. *Cotidiano e cultura: história, cidade e trabalho*. Bauru, SP: EDUSC, 2002.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Ed. Centauro, 2004.

NORA, Pierre. Entre memória e História: a problemática dos lugares. Trad. Yara Aun Khoury. In: *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC – SP (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo)* São Paulo, SP – Brasil, 1981.

PADRÓS, Enrique Serra. Usos da memória e do esquecimento na História. *Literatura e Autoritarismo: o esquecimento da violência*. UFSM. Santa Maria - RS. Revista nº 4, 2002.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 8. Nº 16, 1995, p. 279-290.

_____. *História & História Cultural*. 2º ed. – Belo Horizonte: autêntica, 2008.

PICOLI, Bruno A. Memória, História e oralidade. *Mnemosine Revista*. Passo Fundo, RS: UPF, volume 1, nº 1, jan./jun., 2010.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, nº3, 1989, pp. 3-15.

_____. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro. Vol. 5. N. 10, 1992. pág. 200-212.

PORTELLI, Alessandro. História Oral como Gênero. In: *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC – SP* (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo) São Paulo, SP – Brasil, 2001.

_____. O massacre de civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1994): mito e política, luto e senso comum. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. *Usos e Abusos da História Oral*, (coord.). – 8. Ed. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

_____. Depoimentos. In: *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC – SP* (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo) São Paulo, SP – Brasil, abr. 1997.

_____. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na História Oral. In: *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC – SP* (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo) São Paulo, SP – Brasil, abr. 1997:1.

THOMPSON, Edward. *A Miséria da Teoria*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. 269p.

VIDAL, Laurent. Acervos Pessoais e Memória Coletiva – Alguns elementos de reflexão. *Patrimônio e memória*. UNESP – FCLAS – CEDAP, v. 3, n. 1, 2007, p.1.